|  |
| --- |
| TERMO DE REFERÊNCIA |

[1. DO OBJETO 2](#_Toc351986497)

[2. DA JUSTIFICATIVA 2](#_Toc351986498)

[3. DA ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO 4](#_Toc351986499)

[4. DO DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO 6](#_Toc351986500)

[5. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO 7](#_Toc351986501)

[6. DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO 8](#_Toc351986502)

[7. DO PRAZO DE EXECUÇÃO 8](#_Toc351986503)

[8. DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO 8](#_Toc351986504)

[9. DO PAGAMENTO 8](#_Toc351986505)

[10. DOS ENCARGOS MORATÓRIOS 8](#_Toc351986506)

[11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA 9](#_Toc351986507)

[12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE 11](#_Toc351986508)

[13. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO 11](#_Toc351986509)

[14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES 12](#_Toc351986511)

[15. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. 14](#_Toc351986512)

[16. DAS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 14](#_Toc351986513)

[17. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE ..............................................................................................................................................15](#_DO_BENEFÍCIO_ÀS)

[18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 16](#_Toc351986514)

## DO OBJETO

Contratação de empresa do ramo aeronáutico para prestar serviço de adaptação de voo na aeronave AW 139 da Polícia Federal, para 02 (dois) pilotos integrantes do quadro funcional da Coordenação de Aviação Operacional do Departamento de Polícia Federal, na forma especificada no presente Termo de Referência.

## DA JUSTIFICATIVA

A Coordenação de Aviação Operacional, integrante da Diretoria Executiva da Polícia Federal (CAOP/DIREX/DPF), é a unidade incumbida de operar os meios aéreos atuantes em apoio às diversas ações da Polícia Federal.

As atribuições da CAOP foram definidas na instrução normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005, publicada no suplemento ao Boletim de Serviço nº 113, conforme segue:

“*Art. 22. À Coordenação de Aviação Operacional compete:*

*I - propor à Direção-Geral do DPF diretrizes de política de operações policiais referentes a ações táticas de apoio aéreo;*

*II - planejar, orientar, implementar, coordenar e avaliar a execução ações táticas em que sejam empregados meios aéreos;*

*III - prestar apoio aéreo às unidades centrais e descentralizadas no desempenho de ações táticas, concorrendo com os meios necessários, e informando o Diretor da DIREX sobre seus resultados;*

*IV - propor diretrizes específicas de planejamento, controle e desenvolvimento das ações táticas executadas nas bases avançadas de apoio aéreo, bem como estabelecer prioridades para a otimização do uso dos meios aéreos;*

*V - desenvolver estudos, analisar e realizar testes de adequação, visando à aquisição e à modernização de aeronaves e equipamentos;*

*VI - organizar, manter e controlar o acervo de Leis, Tratados, Acordos, Convênios, Normas e demais informações correlatas à sua atribuição de polícia de aviação operacional;*

*VII - colaborar com a ANP/DGP na orientação do planejamento e da execução do ensino da matéria de sua atribuição;*

*VIII - promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades e aos resultados das operações policiais, relacionados à sua atribuição, tendo em vista subsidiar a gestão do Diretor da DIREX.”*

Para cumprir com a vasta gama de atribuições relacionadas ao emprego policial de meios aéreos, a CAOP conta com uma frota diversificada de aeronaves e efetivo recrutado dos quadros do próprio Departamento de Polícia Federal. Assim, policiais federais são responsáveis por planejar, coordenar e executar as missões operacionais mediante emprego das aeronaves disponíveis.

### **Motivação da contratação**

Em razão das necessidades não atendidas da instituição, bem como da obsolescência dos dois helicópteros de médio porte modelo BELL 412 até então empregados pelo órgão, A Polícia Federal adquiriu um helicóptero AW139 através do Contrato 14/2012 COAD/DLOG/DPF, já entregue.

Ocorre que, por se tratar de uma aeronave nova, para a qual o órgão não possui nenhum piloto com ampla experiência no modelo, através de parecer de 16 de junho de 2012, elaborado pela Empresa de Assessoria Aeronáutica e de Segurança de Voo Air Safety, foi recomendada a realização de um período de instrução para os pilotos indicados pelo órgão para a operação da aeronave, ministrada por um instrutor de voo com experiência no equipamento.

Tal medida visa, por um lado, aumentar a proficiência técnica de cada um dos pilotos na condução da aeronave em condições de voos diversos e, por outro, elevar o nível de Segurança Operacional, provendo o repasse de manobras normais concedendo aos tripulantes o ritmo de voo necessário a uma operação segura para a aeronave e seus passageiros.

O objeto da presente contratação visa, assim, proporcionar condições para, o mais rapidamente possível e com efetiva segurança, atender às necessidades de transporte aéreo de policiais federais para a realização das inúmeras operações policiais desenvolvidas pelo DPF.

### **Conexão com o planejamento estratégico:**

Esta aquisição encontra-se alinhada ao Plano Estratégico Específico da Aviação Operacional – PEEAOp, o qual estabeleceu metas alinhadas às ações estratégicas institucionais que foram desdobradas em ações e projetos visando à recuperação da capacidade operativa, adequação às necessidades operacionais manifestadas pelas unidades da PF e a sustentação das atividades de apoio aéreo ao longo dos próximos anos.

Neste documento, aprovado pelo Sr. Diretor Executivo em 13 de julho de 2012, um dos objetivos específicos elencados, em alinhamento à Ação Estratégica Institucional da Polícia Federal de **“Prevenção à Criminalidade”**, foi “prestar apoio aéreo às unidades

policiais” e, nesta esteira, uma das metas apresentadas no Plano Diretor da Aviação Operacional foi “Desenvolver a capacidade de operar Aeronave AW 139 até maio de 2013”.

### **Natureza dos Serviços**

Segundo a Instrução SLTI/MPOG n° 02/2008, “os serviços não continuados são aqueles que têm como escopo a obtenção de produtos específicos em um período pré-determinado. Tal definição abarca a contratação aqui almejada.

### **Classificação do Serviço**

Para os efeitos da Lei n° 10.520/2002 e dos Decretos nos 3.555/2000 e 5.450/2005, são considerados serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital de licitação, por meio de especificações usuais no mercado.

A instrução de pilotos em determinado modelo de aeronave é um serviço usualmente encontrado no mercado aeronáutico nacional, sendo que os requisitos e especificações previstos, aqui e nos demais documentos produzidos para a licitação, tornam claros e objetivos os critérios de participação no certame e as obrigações a serem assumidas pela futura Contratada, o que, salvo melhor juízo, amolda-se na conceituação legal de serviços comuns, nos termos da Lei n° 10.520/2002 e dos Decretos nos 3.555/2000 e 5.450/2005.

## DA ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Os serviços serão prestados conforme as especificações abaixo:

### **Voos de Adaptação à Aeronave** :

#### Estes voos serão especificamente voltados para adaptação ao voo e se destinarão à instrução individual de pilotos visando o comando da aeronave, compreendendo tão somente as manobras normais, conforme descritas abaixo.

#### Nessa fase os voos serão realizados na base em Brasília.

#### Nesta fase serão utilizadas 14 (quatorze) horas de voo para cada piloto.

#### VOOS DE ADAPTAÇÃO À AERONAVE

##### Tempo de voo a ser utilizado – 28 (vinte e oito) horas.

##### Procedimentos normais para pouso e decolagem em pista e em heliponto diurno e noturno, manobras de solo, planejamento de voo, abastecimento, plano de voo, meteorologia, NOTAM, peso e balanceamento, inspeções, cheques, briefing e *debriefing*.

### **Instrução em voos em rota:**

#### Nessa fase serão treinados os voos de navegações em rota e exercícios específicos. Nesta fase poderá ser realizado o transporte de passageiros e de carga em atendimento a demanda operacional do DPF.

#### Não se incluirão nestes voos qualquer atividade policial que possa acrescentar riscos além dos já inerentes à própria atividade aérea, como a operação ou engajamento da aeronave em ações policiais reais de intervenção ou projeção de força sobre o solo.

#### Nesta fase serão utilizadas 60 (sessenta) horas de voo para cada piloto.

#### VOOS DE ADAPTAÇÃO EM ROTA

##### Tempo total de voo a ser utilizado – 120 (cento e vinte) horas.

##### Procedimentos normais de saída e chegada em aeródromos realizando voo visual (VFR) diurno e noturno, procedimentos normais de saída e chegada em aeródromos realizando voo por instrumento (IFR) em operação diurna e noturna, manobras de táxi, planejamento do voo em rota, abastecimento, plano de voo, metereologia, NOTAM, peso e balanceamento, *briefing*; inspeções e cheques; demais manobras na utilização da aeronave em vôos visuais (VFR) e em vôos por instrumentos (IFR); *debriefing*.

### Os serviços serão prestados conforme as limitações e disposições previstas na legislação aeronáutica, no manual do fabricante e no programa de treinamento da CAOP.

### O serviço será prestado e remunerado por hora de voo, a ser fruída conforme a programação de voo fornecida pela Polícia Federal.

### Considera-se "hora de voo", ou "tempo de voo" o período compreendido entre a "partida" dos motores da aeronave de asa rotativa, para fins de decolagem, até o momento em que se efetua o "corte" dos seus motores, ao término do voo, nos termos do art. 28 da Lei nº 7.183/84.

## DO DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO

### A contratada deverá prover piloto(s) de helicóptero a fim de acompanhar as manobras previstas no Programa de Treinamento de Pilotos do DPF com vistas à instrução para comando no modelo AW 139.

### A escala será semanal expedida pelo Serviço de Operações Aéreas e informada à Contratada com antecedência mínima de 20 dias.

### O piloto deverá se apresentar para o voo, trajando uniforme da empresa, meia hora de antecedência da hora prevista para a decolagem no local aonde a aeronave se encontrar.

### Alterações na escala podem ser efetivadas em comum acordo entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

### A jornada de trabalho do(s) piloto(s) respeitará a Lei nº 7.183/84, sendo sua escala semanal de voo definida pelo chefe do setor de operações aéreas ou por outro servidor por ele designado.

### A folga prevista na Lei 7.183/84 obedecerá ao aplicado aos pilotos da aviação regular o qual será seguido pelos pilotos da CAOP.

### Durante a folga legal a Contratada não será obrigada a substituir o piloto.

### Para cada voo devem ser efetuadas duas sessões de comentários do piloto da CONTRATADA com os pilotos da CONTRATANTE: uma anterior, prospectiva dos procedimentos e manobras a serem executadas e outra posterior à execução, retrospectiva, que visa debater o desempenho e demais ocorrências do voo, denominadas respectivamente de *Briefing* e *Debriefing*.

### Os custos com hospedagem e deslocamento aéreo do(s) pilotos da CONTRATADA serão encargos da CONTRATANTE, mediante apresentação de orçamento comprobatório dos gastos efetuados.

### Adota-se, como limite máximo para o ressarcimento da hospedagem do piloto da CONTRATADA, o valor estabelecido para pagamento de diárias ao servidor público civil da União, pela localidade de pernoite, referentes aos cargos de nível intermediário e auxiliar, conforme o Decreto 5992/2006.

### Os valores referentes ao transporte dos pilotos da CONTRATADA terão como base as tarifas em classe econômica (maior desconto do dia da viagem), vigentes na aviação comercial, podendo, em comum acordo, haver aproveitamento em voos de traslado nas aeronaves do CONTRATANTE.

### Caso o helicóptero esteja em local desprovido de linha aérea regular a CONTRATADA deverá providenciar o deslocamento do instrutor até o local mais próximo atendido por esses voos. A partir dessa localidade até o local onde a aeronave estiver, o transporte será providenciado pela CONTRATANTE.

## DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

### A empresa, antes da assinatura do contrato, deverá comprovar que:

#### Possui vínculo com a atividade aeronáutica comprovado por meio de registro ou inscrição na Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

### De acordo com a experiência da Unidade Aérea da Polícia Federal e do parecer elaborado pela Empresa de Assessoria Aeronáutica e de Segurança de Voo (Air SAfety), anexo a neste processo: o(s) piloto(s) indicado(s) para a realização dos serviços constantes do objeto, deverá(ão) possuir as seguintes qualificações:

#### Possuir licença de Piloto de Linha Aérea de Helicópteros (PLH).

#### Possuir Certificado de Habilitação Técnica em comando na aeronave AW-139 válida.

#### Ter experiência mínima de pelo menos 2.000 (dois mil) horas voadas em helicóptero, sendo no mínimo 1.500 (mil e quinhentas) horas em helicóptero bimotor.

#### Experiência mínima de 750 (setecentos e cinquenta) horas de voo totais no modelo AW 139.

#### Haver participado de *Ground School* ou prova equivalente da ANAC do AW139 e simulador de voo há no máximo dois anos.

#### Possuir habilitação IFR válida.

#### Possuir CMA válido.

## DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

### O início da prestação do serviço se dará a partir do primeiro dia útil após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União.

### Publicado o extrato do contrato, a contratada terá 20 (vinte) dias para indicar o preposto para representá-la durante a execução do contrato (item 11.1.10) e o piloto ou pilotos responsáveis pela execução dos serviços contratados.

## DO PRAZO DE EXECUÇÃO E LOCAL DE EXECUÇÃO

### O serviço constante deste objeto deverá ser prestado em até 12 (doze) meses contados a partir da publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial da União.

### O serviço de adaptação ao voo será realizado nos locais onde a aeronave AW139 da Polícia Federal estiver operando, considerando a base operacional da CAOP no endereço:

**Coordenação de Aviação Operacional do Departamento de Polícia Federal – CAOP/DIREX/DPF.**

Aeroporto Internacional de Brasília – Setor de Hangares da Aviação Geral – Hangar 13/14.

Lago Sul. CEP: 71.608-900 – Brasília-DF

Fones: (61) 2024-9540, 2024-9542 e fax: (61) 2024-9567

## DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO

### O recebimento do serviço prestado, aferido por hora de voo, será de responsabilidade do Fiscal do Contrato, a ser indicado pelo DPF.

## DO PAGAMENTO

### Os serviços serão apurados até o último dia útil de cada mês e pagos no prazo de até 30 dias após a apresentação da fatura/nota fiscal, nos termos do art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei nº 8.666/1993.

#### As notas fiscais/faturas serão pagas após serem devidamente atestadas pelo Fiscal, designado em documentação própria, podendo o DPF descontar eventuais multas que tenham sido impostas à Empresa.

#### Os pagamentos mensais consistirão nos valores referentes à quantidade de horas de adaptação efetivamente voadas.

### Antes de cada pagamento a ser efetuado em favor da Empresa, será feita pelo DPF consulta junto ao SICAF, a fim de verificar a situação dela no que concerne às condições de habilitação e qualificação exigidas inicialmente.

### A nota fiscal ou fatura discriminativa deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, constatada através de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

#### Caso não seja possível essa consulta, por impossibilidade de acesso ao sistema, poderá haver a comprovação mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/1993.

### O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela Empresa, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação das sanções administrativas previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos art. 77 e 87 da Lei nº 8.666/1993.

### Nenhum pagamento será efetuado à Empresa enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de aplicação de penalidade ou em decorrência de inadimplência.

### As faturas contendo incorreções serão devolvidas à Empresa, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, com as razões da devolução apresentadas formalmente, para as devidas retificações.

## DOS ENCARGOS MORATÓRIOS

### Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamentos provocados exclusivamente pelo DPF, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento. Os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I= (TX/100) /365

EM = I x N x VP

Legenda:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

### Na hipótese do pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos deverão ser instruídos com as justificativas e motivos, que serão submetidos à apreciação da autoridade superior competente. Esta adotará as providências no sentido de verificar ser ou não caso de apuração de responsabilidade, identificará os envolvidos e haverá imputação de ônus a quem deu causa, resguardado o direito ao contraditório e ao devido processo legal.

## DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

### Caberá à CONTRATADA observar, além das responsabilidades resultantes das disposições contidas na Lei nº 8.666/93, as seguintes regulamentações pertinentes ao serviço a ser prestado:

#### Efetuar todos os serviços de acordo com as normas e padrões do Agencia Nacional de Aviação Civil - ANAC, bem como de toda legislação aplicável e os requisitos previstos neste Termo de Referência.

#### Garantir, na execução dos serviços, a utilização dos requisitos indicados pelo fabricante da aeronave, bem como das recomendações das autoridades aeronáuticas e de segurança de voo.

#### Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços constantes do objeto, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-alimentação, vales-transporte, e outras que porventura venham a ser criadas ou exigidas pelo Governo ou em acordo ou convenção coletiva.

#### Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

#### Submeter à fiscalização do Contratante, quando solicitado, os serviços executados.

#### Comunicar à Contratante qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

#### Não veicular publicidade acerca dos serviços objeto deste Termo de Referência, salvo com prévia autorização da Contratante.

#### Executar os serviços através de profissionais comprovadamente capacitados.

#### Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a prestação dos serviços sem a concordância da Contratante.

#### Indicar um preposto para representá-la durante a execução do contrato, desde que aceito pela Contratante.

#### Substituir o(s) pilotos(s) indicado(s) pela CONTRATADA, quando solicitado pela Polícia Federal, em caso de não cumprimento das obrigações.

## DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

### Efetuar o pagamento nas condições e prazos pactuados.

### Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do serviço para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

### Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento do serviço objeto do contrato.

### Informar através de Notificação Oficial os policiais designados como participantes do curso de treinamento.

### Designar um servidor especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, conforme dispõe a Cláusula Oitava do presente termo.

### Não permitir a execução de serviços em desacordo com o preestabelecido.

### Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas e condições deste Contrato.

### Prestar informações e esclarecimentos relativos ao serviço a ser prestado quando solicitado pelos representantes ou funcionários da empresa contratada.

### Rejeitar no todo ou em parte o serviço a ser executado que esteja em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa a ser contratada.

### Elaborar a escala de voo de treinamento e informar à CONTRATADA nos termos do presente Termo de Referência.

### Informar à CONTRATADA a impossibilidade de cumprimento da escala de voo semanal.

## DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

### Durante a vigência do Contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada, em todas as suas etapas, por servidor indicado pelo DPF.

### Ao Fiscal compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do Contrato e dos respectivos serviços, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surjam no curso de sua execução. Compete a ele ainda determinar o que for necessário à regularização das faltas, falhas, ou problemas observados, conforme prevê o §1º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, comunicando o fato a COAD para adoção das providências de advertência e penalização da Empresa.

### As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal deverão ser solicitadas ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

### A atestação dos serviços prestados caberá ao Fiscal do Contrato.

## DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

### Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Empresa que, no decorrer da contratação:

#### Inexecutar total ou parcialmente o Contrato;

#### Apresentar documentação falsa;

#### Comportar-se de modo inidôneo;

#### Cometer fraude fiscal;

#### Descumprir qualquer dos deveres elencados no Termo de Referência, no Contrato e na Proposta Comercial.

### A Empresa que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
2. Multa:
   1. Moratória de até 0,2 % (zero vírgula dois décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação autorizada, até o limite de 30 (trinta) dias; ou até 0,4% (zero vírgula quatro décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;
   2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do Contrato;
3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o DPF, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
4. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

### A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

### A multa aplicada após regular processo administrativo deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Departamento de Polícia Federal.

### Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do Contrato:

#### Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

#### Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do processo de contratação;

### A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

### A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

### As multas devidas e/ou prejuízos causados à DPF serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

### As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

### O Valor estimado total da contratação é R$ 814.000,00 (oitocentos e quatorze mil reais), conforme resultado da pesquisa de mercado realizada em anexo.

### O ressarcimento pelas despesas com hospedagem e transporte aéreo dos pilotos foi estimado em 180 (cento e oitenta) dias e 02 (dois) bilhetes de ida e volta por mês, para cada piloto da CONTRATADA, por um período de até 06 (seis) meses. Foi considerada, apenas para fins de estimativa e inclusão orçamentária, a diária de R$ 270,00 (duzentos e setenta reais) para hospedagem e o valor de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para o s bilhetes de ida e volta por mês para cada piloto. Estimou-se, assim, o valor de R$ 84.600,00 (oitenta e quatro mil e seiscentos reais), para o ressarcimento com despesas de transporte e hospedagem dos pilotos da CONTRATADA.

### As despesas no presente exercício correrão à conta dos recursos consignados do Departamento de Polícia Federal, no Orçamento Geral da União, sob a seguinte classificação: Programa de Trabalho .............., Plano Interno ............., Elemento de Despesa 339039, no valor de R$.......

## DAS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### A Empresa deverá observar o disposto no art. 6º da IN nº 01/2010-SLTI/MPOG, referente à sustentabilidade ambiental.

### O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pelo DPF ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

## DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

* 1. As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela LC nº 123/2006 deverão declarar em campo próprio do sistema eletrônico, a sua condição de ME ou EPP.
     1. A utilização dos benefícios concedidos pela LC nº 123/2006 por licitante que **não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União**, além de ser descredenciada do SICAF, **pelo prazo de até 5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
     2. O Departamento de Polícia Federal, considerando o teor do Acórdão TCU nº 298/2011–Plenário, poderá adotar procedimentos complementares, mediante diligência, tais como solicitação de demonstrativos contábeis e/ou outros documentos que julgue necessários, a fim de ratificar o atendimento, pelas licitantes, às exigências da LC nº 123/2006 e do Decreto 6.204/2007.
  2. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:
     1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste Edital, ser contratada.
     2. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
     3. Caso não se ofertem lances e sejam identificadas propostas de preços idênticos de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedades cooperativas empatadas na faixa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor cotado pela primeira colocada, e permanecendo o empate até o encerramento do item, o sistema fará sorteio eletrônico entre tais fornecedores, definindo e convocando automaticamente o vencedor para o encaminhamento da oferta final de desempate.
     4. Havendo êxito no procedimento de desempate, o sistema disponibilizará a nova classificação de fornecedores para fins de aceitação do valor ofertado. Não sendo

aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, ou nos itens exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, prevalecerá a classificação inicial.

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

### O presente Termo de Referência será vinculado ao contrato, como condição de execução do serviço.

Brasília-DF, 16 de abril de 2014.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Antonio José Lemos CANELHAS  Agente de Polícia Federal  Matrícula 7200 | | | |
|  | | | |
| **De acordo.**  **WELLINGTON SOARES GONÇALVES**  Delegado de Polícia Federal  Coordenador de Aviação Operacional |  | **Aprovo o presente Termo de Referência de acordo com o artigo 9º do Decreto nº 5.450/2005.**  ROGÉRIO AUGUSTO VIANA GALLORO  ***Delegado de Polícia Federal***  ***Diretor Executivo*** |
|  |